



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

**ACÓRDÃO Nº 1042/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 1580/2014**

**Apenso:** Processo nº 5377/2013.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Responsável:** Sr. Rossieli Soares da Silva – Secretários Estaduais da SEDUC.

**4- Exercício:** 2013.

**5- Órgão:** Secretaria Estadual de Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC.

**6- Advogados:** Leda Mourão da Silva – OAB/AM 10.276, Patrícia de Lima Linhares – OAB/AM 11.193 e Pedro Paulo Sousa Lira – OAB/AM 11.414.

**7- Unidade Técnica:** DICAD/AM e DICOP.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6463/2016-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls.3821/3822).

**9- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria Estadual de Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC. Exercício de 2013.

*Contas irregulares. Multa. Alcances. Notificar interessado. Comunicar TRE/AM.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, no sentido de:

**10.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas do Sr. Rossieli Soares da Silva**, ordenador de despesa e responsável pela Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino - SEDUC-AM, referente ao exercício de 2013, nos termos do art. 18 da LC n.º 06/91, c/c art. 22, inciso III, alíneas b, c e d c/c art. 25 da Lei 2423/96, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;

**10.2- Aplicar Multa ao Sr. Rossieli Soares da Silva no valor de R\$ 43.841,28** (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos) nos termos do art. 54, inciso II, da Lei nº 2423/1996 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução n. 04/2002, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por pelas impropriedades constantes no item 20.1 a 20.52 do Relatório/voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

**10.3- Considerar em Alcance o Sr. Rossieli Soares da Silva no valor de R\$ 2.191.639,47** (dois milhões, cento e noventa e um mil, seiscentos e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos);

**10.3.1-** Devem, ainda, serem julgados em Alcance, solidariamente com o Secretário de Educação, as seguintes empresas:



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº 1042/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**a. Empresa RMS Construções e Comércio Ltda**, é responsável solidariamente com o gestor e ordenador de despesas da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, Exercício 2013, Sr. Rossieli Soares da Silva, pelo cometimento do dano ao erário decorrente de recebimentos por serviços não executados, conforme discriminados no Relatório/voto e, ainda, aquelas relacionadas na Informação Conclusiva no 258/2016 DICOP, no montante de **R\$ 144.664,23** (cento e quarenta e quatro mil, seiscentos sessenta e quatro reais e vinte três centavos);

**b. Empresa Construtora Progresso Ltda**, é responsável solidariamente com o gestor e ordenador de despesas da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, Exercício 2013, Sr. Rossieli Soares da Silva, pelo cometimento do dano ao erário decorrente de recebimentos por serviços não executados, conforme discriminados no relatório/voto e, ainda, aquelas relacionadas na Informação Conclusiva nº 258/2016-DICOP, no montante de **R\$ 44.859,69** (quarenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e sessenta e nove centavos);

**c. Empresa Aliança Serviços De Edificações E Transporte Ltda**, é responsável solidariamente com o gestor e ordenador de despesas da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, Exercício 2013, Sr. Rossieli Soares da Silva, pelo cometimento do dano ao erário decorrente de recebimentos por serviços não executados, conforme discriminados no relatório/voto e, ainda, aquelas relacionadas na Informação Conclusiva nº 258/2016-DICOP, no montante de **R\$ 212.818,88** (duzentos e doze mil, oitocentos e dezoito reais e oitenta e oito centavos);

**d. Empresa Construcom Construções Comércio E Representações Ltda** é responsável solidariamente com o gestor e ordenador de despesas da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, Exercício 2013, Sr. Rossieli Soares da Silva, pelo cometimento do dano ao erário decorrente de recebimentos por serviços não executados, conforme discriminados no relatório/voto e, ainda, aquelas relacionadas na Informação Conclusiva nº 258/2016-DICOP, no montante de **R\$ 458.758,66** (quatrocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos);

**e. Empresa Mariuá Construções Ltda** é responsável solidariamente com o gestor e ordenador de despesas da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, Exercício 2013, Sr. Rossieli Soares da Silva, pelo cometimento do dano ao erário decorrente de recebimentos por serviços não executados, conforme discriminados no relatório/voto e, ainda, aquelas relacionadas na Informação Conclusiva nº 258/2016-DICOP, no montante de **R\$ 1.330.538,01** (um milhão, trezentos e trinta mil, quinhentos e trinta e oito reais e um centavo);

**10.3.2-** Devem, ainda, serem julgados em Alcance, solidariamente, com o Secretário de Educação, os seguintes técnicos da SEDUC:



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 1042/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**a) ENG.<sup>a</sup> Alcinéia da Mota Nunes:** é responsável solidariamente com o gestor e ordenador de despesas da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, Exercício 2013, Sr. Rossieli Soares da Silva, pelo cometimento do dano ao erário decorrente de recebimentos por serviços não executados, conforme discriminados no relatório/voto e, ainda, aquelas relacionadas na Informação Conclusiva nº 258/2016-DICOP, no montante de **R\$ 144.664,23** (cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte três centavos);

**b) ENG.<sup>o</sup> Raimundo Nonato Belo Soares:** é responsável solidariamente com o gestor e ordenador de despesas da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, Exercício 2013, Sr. Rossieli Soares da Silva, pelo cometimento do dano ao erário decorrente de recebimentos por serviços não executados, conforme discriminados no relatório/voto e, ainda, aquelas relacionadas na Informação Conclusiva nº 258/2016-DICOP, no montante de **R\$ 144.664,23** (cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte três centavos);

**c) ENG.<sup>a</sup> Isabel Cristina Duarte Silva:** é responsável solidariamente com o gestor e ordenador de despesas da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, Exercício 2013, Sr. Rossieli Soares da Silva, pelo cometimento do dano ao erário decorrente de pagamento por serviços não executados, conforme discriminados no relatório/voto e, ainda, aquelas relacionadas na Informação Conclusiva nº 258/2016-DICOP, no montante de **R\$ 257.678,57** (duzentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e setenta e oito reais e cinquenta e sete centavos);

**d) ARQ.<sup>a</sup> Caritas S. Baccin:** é responsável solidariamente com o gestor e ordenador de despesas da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, Exercício 2013, Sr. Rossieli Soares da Silva, pelo cometimento do dano ao erário decorrente de recebimentos por serviços não executados, conforme discriminados no relatório/voto e, ainda, aquelas relacionadas na Informação Conclusiva nº 258/2016-DICOP, no montante de **R\$ 212.818,88** (duzentos e doze mil, oitocentos e dezoito reais e oitenta e oito centavos);

**e) ENG.<sup>o</sup> Jerocílio Roberto Simões Alves da Silva:** é responsável solidariamente com o gestor e ordenador de despesas da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, Exercício 2013, Sr. Rossieli Soares da Silva, pelo cometimento do dano ao erário decorrente de recebimentos por serviços não executados, conforme discriminados no relatório/voto e, ainda, aquelas relacionadas na Informação Conclusiva nº 258/2016-DICOP, no montante de **R\$ 212.818,88** (duzentos e doze mil, oitocentos e dezoito reais e oitenta e oito centavos);

**f) ENG.<sup>o</sup> Orlando Freire Neto:** é responsável solidariamente com o gestor e ordenador de despesas da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, Exercício 2013, Sr. Rossieli Soares da Silva, pelo cometimento do dano ao erário decorrente de recebimentos por serviços não executados, conforme discriminados no relatório/voto e, ainda, aquelas relacionadas na Informação Conclusiva nº 258/2016-



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 1042/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

DICOP, no montante de **R\$ 212.818,88** (duzentos e doze mil, oitocentos e dezoito reais e oitenta e oito centavos);

**g) ENG.<sup>a</sup> Ivete Coelho Dibo:** é responsável solidariamente com o gestor e ordenador de despesas da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, Exercício 2013, Sr. Rossieli Soares da Silva, pelo cometimento do dano ao erário decorrente de recebimentos por serviços não executados, conforme discriminados no relatório/voto e, ainda, aquelas relacionadas na Informação Conclusiva nº 258/2016-DICOP, no montante de **R\$ 458.758,66** (quatrocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos) ;

**h) ENG.<sup>a</sup> Lilianny Viana de Oliveira:** é responsável solidariamente com o gestor e ordenador de despesas da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, Exercício 2013, Sr. Rossieli Soares da Silva, pelo cometimento do dano ao erário decorrente de recebimentos por serviços não executados, conforme discriminados no relatório/voto e, ainda, aquelas relacionadas na Informação Conclusiva nº 258/2016-DICOP, no montante de **R\$ 678.220,00** (seiscentos e setenta e oito mil e duzentos e vinte reais);

**i) ENG.<sup>o</sup> Moacir Ferreira Torres Junior:** é responsável solidariamente com o gestor e ordenador de despesas da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, Exercício 2013, Sr. Rossieli Soares da Silva, pelo cometimento do dano ao erário decorrente de recebimentos por serviços não executados, conforme discriminados no relatório/voto e, ainda, aquelas relacionadas na Informação Conclusiva nº 258/2016-DICOP, no montante de **R\$ 1.330.538,01** (um milhão, trezentos e trinta mil, quinhentos e trinta e oito reais e um centavo);

**j) ENG.<sup>o</sup> Roberto Palmeira Reis:** é responsável solidariamente com o gestor e ordenador de despesas da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, Exercício 2013, Sr. Rossieli Soares da Silva, pelo cometimento do dano ao erário decorrente de recebimentos por serviços não executados, conforme discriminados no relatório/voto e, ainda, aquelas relacionadas na Informação Conclusiva nº 258/2016-DICOP, no montante de **R\$ 652.318,01** (seiscentos e cinquenta e dois mil, trezentos e dezoito reais e um centavo).

**10.4- Notificar o Sr. Rossieli Soares da Silva,** gestor e ordenador de despesas da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, Exercício 2013, e todos os técnicos da SEDUC e empresas responsáveis constantes no item anterior, enviando-lhes cópia do Relatório/Voto e o Acórdão para ciência do decisório e para, querendo, apresentar o devido recurso;

**10.5- Comunicar a decisão ao Tribunal Regional Eleitoral no Estado do Amazonas,** em razão do art. 1º, I, alínea "g", da Lei Complementar nº 64, de 18/5/1990 tendo em vista a irregularidade das contas do Sr. Rossieli Soares da Silva.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 5

**ACÓRDÃO Nº 1042/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**11- Ata:** 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 05 de Dezembro de 2017.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em sessão), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, e Mário Manoel Coelho de Mello.

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente, em sessão

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral